

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

AS CRISES DO CAPITAL NO SÉCULO XX: O NOVO CENÁRIO DAS RELAÇÕES DE FORÇAS ENTRE CAPITAL E TRABALHO.

Elisabete Gonçalves de Souza¹

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo discutir as crises do capital ocorridas nas três últimas décadas do século passado e cujos desdobramentos vieram a se radicalizar em 2008, com a bancarrota do sistema de crédito norte-americano e uma nova crise internacional. Procura-se entender e analisar o alcance das crises e a extensão das políticas de salvaguardas lançadas pelo capital, que redundaram na ampliação das ações do Estado nos campos econômico e social sob as matrizes do Keynesianismo e do Estado de Bem-Estar Social, assim como o desmonte dessa estrutura em função das prerrogativas do mercado em sua fase neoliberal. Avançamos na compreensão da crise analisando sua estrutura: o esgotamento do fordismo face à crescente automação da produção; a reestruturação flexibilizada, tanto no campo da economia como na política e seus impactos nos processos de acumulação capitalista, na reprodução da força de trabalho, na dinâmica dos Estados e na vida dos trabalhadores.

¹ Doutoranda em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Pesquisadora do Histedbr.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

As crises do entre Guerras: o surgimento do Estado de Bem-Estar Social

O capitalismo enquanto sistema vem atravessando diferentes fases de desenvolvimento ao longo da história. Durante o século passado, ao mesmo tempo em que era contestado pelas revoluções proletárias, o modo de produção capitalista intensificou seu processo de expansão em todo o mundo. Tornou-se dominante e acentuou aquilo que alguns economistas e historiadores classificaram como o seu caráter imperialista, que adiciona à exploração da força de trabalho uma nova dimensão da opressão humana: a espoliação das nações mais pobres pelos centros capitalistas mais ricos e desenvolvidos que, em larga medida, monopolizam a exportação de capitais.

A centralização do capital nas mãos dos capitalistas mais poderosos levou à formação de grandes empresas monopolistas, à fusão do capital bancário com o capital industrial (formando o chamado capital financeiro), à exportação de capitais para outras nações e a uma crescente intervenção do Estado na economia. O capitalismo ingressou numa nova fase, transformou-se em imperialismo. Sob o imperialismo, o mundo já viveu a barbárie de duas sangrentas guerras mundiais e, aparentemente, está a caminho de uma nova encruzilhada histórica. A chamada “globalização neoliberal”, liderada pelos Estados Unidos.

Como ressalta Boron (1994), com o término da Segunda Guerra Mundial, a reconstrução da economia política do Ocidente, foi levada a cabo através da transferência maciça de capitais norte-americano, em especial para a Europa Ocidental, onde a maturidade das forças políticas e da direção europeia tornaram possível a reconstrução democrática do velho continente. Toda a fase de reconstrução europeia foi dominada pela inquestionável supremacia da teoria de John M. Keynes. Segundo Boron a ortodoxia Keynesiana,

[...] revolucionou a sabedoria convencional dos economistas de seu tempo ao dar forma a uma estratégia consciente de regulação e organização do capitalismo que implicou em dar piedosa sepultura ao velho mito do mercado auto-regulado. [...] com Keynes ‘o capitalismo se torna marxista’, reconhecendo o caráter estrutural de suas endêmicas contradições e confiando ao Estado as tarefas de sua própria organização (BORON, 1994, p. 160).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Sob a lógica Keynesiana, o mercado que havia sido incapaz de organizar racionalmente a exploração capitalista, cede sua vez ao Estado. Isso implicou na ampliação do aparato estatal e sua progressiva centralidade no processo de acumulação capitalista. A forma institucional assumida por estas novas práticas passou a ser conhecida como Estado Bem-Estar.² Sua inserção na totalidade social se efetivou mediante dois eixos principais: um modelo de acumulação e desenvolvimento que expressava a complexa relação entre Estado e capital; e um modelo que expressava hegemonia-dominância centrada na relação igualmente complicada entre Estado e massas populares. Sob esse aspecto pode-se dizer que o Estado de Bem-Estar nos capitalismo avançados requereu a compatibilização de duas lógicas que constantemente eram difíceis de sincronizar: uma de caráter econômico, orientada para a reativação da estabilização da acumulação capitalista; e outra de natureza política, voltada a estabelecer a paz social, promovendo, para horror dos liberais, a organização e corporativização das classes e camadas populares, de modo a institucionalizar os antagonismos sociais e criar uma ordem burguesa estável e legítima. Por mais de 20 anos (1948-1970) sob a égide das teorias de Keynes os governos conseguiram administrar as contradições do capital. Através de uma reforma social que intercambiava bem-estar material em troca de legitimidade política mantiveram-se no poder.

A democracia burguesa não podia socializar o poder político e os meios de produção, mas podia levar adiante políticas ativas de redistribuição de renda e de reforma social que a adotavam de uma profunda legitimidade diante dos olhos das classes populares européias. O que antes aparecia como uma fraude, nos anos dourados do pós-guerra se revelava como uma promissória realidade (BORON, 1994, p. 161).

² Apesar do Brasil não ter vivido *welfare*, as leis sociais implementadas no pós-1930 referentes à legislação trabalhista e sindical representaram um tipo peculiar de articulação entre Estado e sociedade, viabilizando assim a consolidação de um Estado de compromisso. Ao mesmo tempo significaram o resultado da luta reivindicatória de classe trabalhadora na busca de sua cidadania, embora o Estado procurasse neutralizar o significado desta conquista, substituindo-a pelo discurso da “generosidade”, da doação. Discurso este que trazia no seu bojo a lógica da reciprocidade, fundamental para a manutenção do pacto social. A criação dos serviços sociais, ao contrário das leis sociais, não parte de uma demanda das classes trabalhadoras, mas sim de uma necessidade das classes dominantes de estabelecerem mecanismos de controle social através da atuação direta frente aos trabalhadores, respondendo algumas de suas necessidades. Era preciso contemplar essa classe com o mínimo de condições para que continuasse produzindo, evitando-se os conflitos e garantindo, assim a continuidade e reprodução de ordem vigente. Ver SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Apesar de aproximar legitimidade política de bem-estar material, Boron (1994) chama a atenção que a extensão dos benefícios sociais foi resultado da capacidade reivindicatória e de pressão dos setores populares, e ressalta que “onde os [setores populares] não tinham força política a classe dominante mantinha suas prerrogativas tradicionais. Quando a ameaça ‘de baixo’ se articulava orgânica e eficazmente, a burguesia admitia a contragosto as conquistas sociais dos operários” (Id.ib p.162). No entanto, como ressalta o autor, esse processo não foi homogêneo, dependeu das condições históricas e do peso das tradições político-organizativas, institucionais e ideológicas próprias de cada nação européia³.

Sob esse aspecto pode-se dizer que o Keynesianismo inaugurou uma nova fase da história estatal, marcada pela ascensão de complexas estruturas de intermediação, que tiveram sucesso em controlar e desativar as iniciativas procedentes da base (as demandas sociais) legitimando governos e mantendo o consenso entre os dominados. Os gastos sociais do Estado refletiam as dimensões e os limites das políticas reformistas.

Com a política de reformas, o capital parecia ter encontrado um ponto de equilíbrio social; de harmonia e conciliação entre os interesses do capital e do trabalho. Julgava-se que o sistema realizaria a fantasia social-democrata, evoluindo para uma espécie de capitalismo democrático e popular. No entanto, não foi o que ocorreu. Contrariando as previsões crescentemente otimistas dos governos e instituições do “primeiro mundo”, a história seguiu um rumo diferente. O fantasma da crise, que havia incomodado o sono da burguesia nos anos de 1930, retornou com força na década de 1970 provocando sérias perturbações no sistema produtivo e dramática alteração nas políticas econômicas.

³ As ações dos governos populistas na América Latina se aproximaram daquelas mobilizadas pelas sociais-democracias européias no pós-Guerra. No Brasil a moeda de troca foi a legislação trabalhista. O pacto social montado por Vargas envolvendo Estado e trabalhadores não se limitou apenas à implementação de uma legislação social, visando o controle e a disciplinarização das relações de produção, mas exigiram simultaneamente a interiorização e a aceitação desse controle pela constante recriação de formas mistificadas que obscurecessem e encobrissem a dominação e a exploração.. A busca do consenso não se limitou à lógica material: legislação social em troca de apoio popular. À lógica material somou-se a lógica simbólica. O que significa dizer que a invenção do Estado-nação assim como de sua versão “trabalhista” se sustentou não só pela distribuição de benefícios sociais (que redundaram em ganhos materiais), mas principalmente a partir da construção ideológica em torno da ética do trabalho e da figura de Vargas. SOUZA, E.G. **Da questão social à paz social:** trabalhadores, Estado e empresários no Brasil na década de 1940. Niterói, 1995. Monografia. UFF/ Departamento de História.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o compromisso de classe foi satisfatório enquanto a economia conservou sua capacidade de crescimento e integração social. No momento em que entrou em crise (estagnação econômica face à crise do petróleo de 1973), o intercâmbio de bem-estar material em troca de legitimidade política tornou-se muito trabalhoso, ficando extremante melindrado o consenso entre as classes.

O esgotamento do Estado de Bem-Estar Social

A especificidade da crise das décadas de 1970-1990 está no esgotamento do Estado de Bem-Estar Social e do modelo fordista de acumulação. No entanto, para iniciarmos essa discussão é importante demarcar que a crise desse período não foi uma crise meramente conjuntural, mas uma manifestação específica de uma crise estrutural do “sistema capital”⁴. Significa dizer que, o que entrou em crise foi o mecanismo de solução da crise de 1929/1930: o esgotamento das políticas estatais sustentadas pelos fundos públicos, que nos últimos anos financiaram e mantiveram o padrão de acumulação capitalista.

Marx ao analisar o modo de produção capitalista, nos mostra que seu principal objetivo é a permanente maximização dos lucros. Diferente da exploração dos modos de produção precedentes, o capitalismo inscrever-se na história da humanidade como um processo social de produção que se constituiu mediante a separação entre a esfera econômica e a esfera política, pela unificação da produção e apropriação da mais-valia. Funda-se, pois numa relação formalmente igualitária, mas historicamente desigual: capital versus trabalho. Para firmar sua hegemonia no campo econômico, a ideologia capitalista engendrou nas mentalidades a idéia de sujeito livre e igual ante ao direito, o contrato e a moeda. Ao nível do senso comum capitalistas e trabalhadores aparecem como sujeitos livres para comprar e vender a força de trabalho. Uma liberdade ilusória, à medida que as relações de força e de poder entre o capital e o trabalho são estruturalmente desiguais. Como ressalta Frigotto (1996, p. 64), “é sob essa ilusão e violência que a ideologia burguesa opera eficazmente na reprodução de seus interesses de classes”.

⁴ **Sistema capital** – expressão usada por Mézaros (2002). A intenção é reforçar o caráter depredador do capitalismo; o esgotamento de sua capacidade civilizatória. Ressalta-se aqui a inata contradição deste sistema: para manter-se hegemônico tem que ser profundamente destrutivo.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O capitalismo, apesar da aparente tendência ao equilíbrio e à igualdade, trata-se de um sistema que pela concorrência, sob forças e poder desiguais, conduz à acumulação, concentração e centralização de capital. A crise está, pois, organicamente engendrada na natureza das relações sociais capitalistas e “não é nada mais do que a maneira violenta de fazer valer a unidade das fases do processo de produção, que se tornam autônomas” (MARX apud FRIGOTTO, 1996, p. 65). No entanto, vale salientar que a idéia de crise é complexa. Segundo Alves (2004, p. 2):

Na lógica do capital crise não possui apenas um mero sentido de negatividade. Pelo contrário, é através dela que o sistema produtor de mercadorias cresce e se expande, recompondo suas estruturas de acumulação de valor. Na verdade, a crise decorre da própria expansividade sistêmica, mesclando, em si, momentos de desenvolvimento ampliados das forças produtivas do trabalho social (o que se verifica através da série de Revoluções Científico-Tecnológicas que atingem os meios de produção, de comunicação e de transporte, desde a expansão do capitalismo industrial nos primórdios do século XIX) e momentos de exacerbação da expropriação, exploração e exclusão social (preche de instabilidade política).

Alves (2004) ao discutir as crises orgânicas do capital se reporta às análises de Lênin, às suas observações sobre o imperialismo como uma fase superior do capitalismo. Para o autor, Lênin estava apreendendo a constituição primordial de uma crise orgânica do capital que iria se desenvolver e ampliar no decorrer de todo o século XX, assumindo, a partir de meados da década de 1970, dimensões estruturais. “Ora, se o imperialismo anunciou, portanto, a crise orgânica do sistema do capital, em nossos dias, a “globalização” – ou a mundialização do capital, anuncia a sua crise estrutural” (Id.ib. p. 2).

A partir dessas análises pode-se dizer que a crise de 1970-1990 foi uma erupção violenta que exemplifica um processo de crises cíclicas. O conteúdo, os atores e as forças em jogo eram outros, mas a sua especificidade era a mesma. Tratava-se de uma crise que tinha uma mesma gênese estrutural, mas que trazia uma materialidade específica. Cada novo elemento que entra em cena para enfrentá-la acabava se revelando um novo complicador. Por

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

exemplo, a entrada do Estado⁵, como imposição necessária ao enfrentamento da crise de 1920/1930, foi ao mesmo tempo um mecanismo de superação da crise e um agravador da mesma nas décadas subseqüentes.

De acordo com as análises de Frigotto (1996) as políticas do Estado de Bem-estar Social e dos governos da social-democracia não tiveram capacidade de estancar um modelo de desenvolvimento social fundado sobre a concentração crescente de capital e exclusão social. Suas sucessivas crises no período entre Guerras (1914-1945) levaram Keynes a postular a intervenção do Estado na economia como forma de evitar o colapso total do sistema. No plano superestrutural desenvolve-se a idéia de Estado-nação, que nos países de capitalismo avançado vai levar, no campo político, a ascensão dos regimes sociais-democratas que passam a se apresentar como uma alternativa ao capitalismo selvagem, e aos projetos socialista e comunista.

Nesse contexto, o sistema capitalista incorpora as idéias da planificação socialista principia um quadro de recuperação e estabilidade, concretizado através de política públicas sociais que visavam à estabilidade dos empregos, rendas com ganhos de produtividade previdência social, incluindo seguro desemprego, direito à educação, moradia etc⁶. Tais idéias podem ser sintetizadas pelo slogan de Henry Ford “nossos operários devem ser também nossos clientes”.

De acordo com Oliveira (1988), o pacto entre capital, Estado e trabalhadores envolveu o financiamento pelo fundo público, do capital privado, e ao mesmo tempo, de forma

⁵ Sob esse aspecto cabe aqui citar as análises de Gramsci sobre o papel do Estado nas economias capitalistas. Segundo Gramsci (1978) a complexidade dos processos de acumulação foi desmascarando a imagem do Estado liberal neutro, árbitro do bem comum. A atividade econômica, ao contrário deve ser resultado de forças livres do mercado e de uma racionalidade puramente técnica, que resulta, cada vez mais, da atividade política, o que o leva a concluir que crises econômicas redundam em crises de Estado e vice-versa.

⁶ De acordo com Hobsbawm (1992) da relação dialética entre padrão de financiamento da acumulação privada e de reprodução da força de trabalho, tendo como base o fundo público, decorrem inúmeras conseqüências que tradicionalmente só eram possíveis dentro do socialismo. a) o capitalismo produziu uma abundância de bens e serviços que levou a maioria das pessoas do Ocidente [Europa e Estados Unidos] a gozar de um padrão de vida muito além do que se poderia conceber há cinquenta anos atrás. b) muito do que tem sido visto como típico de uma economia socialista tem sido, desde os anos de 1930, cooptado e assimilado por sistemas não-socialistas, principalmente uma economia planejada e a prosperidade estatal de indústrias e serviços. Mesmo com a onda neoconservadora dos governos de Thatcher na Inglaterra e de Reagan nos Estados Unidos, entre 1980-1987 foram efetivadas 400 privatizações, sendo a metade delas em apenas cinco países, um deles, ressaltar o autor, foi o Brasil

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

crescente a reprodução da força de trabalho, aumentando de forma generalizada a assistência à população, não como caridade, mas como direitos. De acordo como Oliveira:

[...] o fundo público, em suas diversas formas passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital de um lado e, de outro, do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais [...] o fundo público é agora, um ex-ante das condições de reprodução de cada capital particular e da s condições de vida, em lugar de ex-posto típico do capitalismo concorrencial (OLIVEIRA, 1988, p. 8-9).

Segundo o autor, o desenvolvimento do *antivalor*, ao ampliar uma gama de valores, de riqueza social que não se constituem em capital (bens e serviços públicos como antimercomodias sociais e desmercantilização significativa da reprodução da força de trabalho), ao subsidiar diretamente o capital privado favorece-o indiretamente, ao assumir parte dos custos de reprodução da força de trabalho, liberando-o de investir no desenvolvimento tecnológico, trouxe para o cenário político o embate entre as forças neoconservadoras, antidemocráticas, e as forças democráticas. O caráter contraditório da relação - fundo público - financiamento do capital privado e a reprodução da força de trabalho, face à crise dos anos 1970-1990 engendraram alternativas com custos sociais e humanos muito altos que redundaram em desemprego em massa, aumento da pobreza, enfim, no acirramento das desigualdades sociais.

O limite do modelo de desenvolvimento de Keynes se faz sentir já no final dos anos de 1960 quando ocorre a saturação dos mercados internos de bens e consumo duráveis, concorrência intercapitalista e crise fiscal e inflacionária que provocaram a retração dos investimentos. Junto como o Estado de Bem-Estar Social entram em crise os regimes sociais-democratas e principia-se a defesa à volta das “leis naturais do mercado” mediante as políticas neoliberais que postulam o Estado mínimo, o fim da estabilidade no emprego, o corte dos gastos públicos em previdência e políticas sociais. Para autores como Oliveira, citado acima, a crise do Keynesianismo se explica pela crescente incapacidade do fundo público de financiar a acumulação privada e manter as políticas sociais de reprodução da força de trabalho. Como destaca Offe (1984) “O Estado de Bem-Estar Social devido as suas múltiplas funções

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

conflitivas de atender às necessidades privadas do capital e as demandas sociais e públicas, acabou se envolvendo numa crise fiscal que passou a comprometer sua própria continuidade”.

Segundo Anderson (1986), a crise de 1973 combinou, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação. Esses dois indicadores além de mostrar a deteriorização do sistema capitalista, tocavam no seu ponto mais sensível: os níveis de lucro. Nesse contexto toma fôlego o novo pensamento liberal, tendo à frente Hayek, Popper, Friedman. Para este grupo a origem da crise estava no poder excessivo do movimento operário, cujas pressões reivindicatórias sobre as empresas e sobre o Estado corroíam as bases da acumulação capitalista. Se o capitalismo quisesse continuar a manter os níveis de lucro necessários a sua reprodução o papel do Estado deveria ser revisto: o Estado, por um lado, seria forte o suficiente para romper com os sindicatos e com o controle do fluxo de capitais, e por outro fraco nos gastos sociais e nas intervenções econômicas. De acordo com as teses neoliberais caberia ao Estado realizar:

[...] uma disciplina orçamentária, com contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos [...] reformas fiscais de modo a reduzir os impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar para dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagnação, resultado direto dos legados de Keynes (ANDERSON, 1996, p. 11)

Como nos chama a atenção Alves (2004), a crise orgânica do capitalismo que se desenvolveu no século XX, não impediu o ciclo capitalista, mas o sobredeterminou. Significa dizer que, mesmo no interior da crise existiram momentos de expansão (e crescimento) capitalista como se revelou o próprio fordismo e o Estado de Bem-Estar Social: novas formas de coordenação macroeconômica e macrosocial ligadas à presença da esfera estatal na reprodução societária. Inclusive o grau de coordenação sócio-estatal – no tocante a regulação do investimento e da moeda – contribuiu para constituir, naquelas condições históricas e geopolíticas específicas, uma dinâmica excêntrica, uma verdadeira singularidade do ciclo capitalista, que apareceu como “ciclo virtuoso”, ocultando as contradições objetivas e dilacerantes da crise orgânica que se desdobrou na década de 1970.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

[...] a crise orgânica tende a se desdobrar em crise estrutural na medida em que um complexo de instituições sociais que garantiam a produção e reprodução do capital se encontram diante de impasses decisivos, com a explicitação de seus próprios limites diante da forma social vigente. Tais desdobramentos estruturais possuem importantes impactos na dinâmica conjuntural, tornado-a instável e sinuosa (Ib.id, p. 2).

No plano político econômico a crise afetou os processos de internacionalização produtiva e financeira da economia capitalista. A internacionalização tirou parte dos ganhos fiscais sem todavia liberar o fundo público de financiar a reprodução do capital e da força de trabalho. No plano teórico a crise, mostrou os limites do sistema capitalista. De acordo com Oliveira:

A história do desenvolvimento capitalista tem mostrado, que os limites do sistema só podem estar na negação de suas categorias reais, o capital e a força de trabalho. Neste sentido, a função do fundo público no travejamento estrutural do sistema tem muito mais haver com os limites do capitalismo, com os desdobramentos de suas contradições internas (OLIVEIRA, 1988, p. 12-13).

Os sinais de declínio do modelo de desenvolvimento fordista, cuja expressão maior foi o esgotamento do Estado de Bem-estar Social, coincidem paradoxalmente com as modificações científicas na base técnica do processo produtivo, resultado do financiamento direto ao capital privado pelo fundo público. Nesse contexto, a microeletrônica⁷ associada à informatização, à engenharia e a outros campos das ciências permitiram a criação de novos materiais e novas fontes de energia o que levou a substituição “de uma tecnologia rígida por uma tecnologia flexível” (FRIGOTTO, 1996, p. 77). Essa mudança qualitativa na base técnica

⁷ Rodrigues, J. (1998) analisando os documentos produzidos pela CNI – Confederação Nacional da Indústria, órgão de classe dos empresários brasileiros - nos mostra que entre as décadas de 1980/1990 o empresariado pensava a competitividade formulando propostas para a reestruturação do Estado, da educação e da formação profissional, a partir de uma política industrial que toma o ‘capital humano’ como insumo básico. Ou seja, associava incrementos na produtividade e competitividade às inovações tecnológicas à resolução dos problemas sociais, o que levaria o fim da luta de classe e das concepções políticas progressistas que tencionam o espaço público com questões como: concentração de renda e desemprego. Para a CNI a responsabilidade pelo desemprego e pela possibilidade de exclusão não é do capital, mas dos próprios indivíduos e das deficiências do sistema de ensino e das demais políticas públicas, que de certa forma ainda resistem a se adequar às demandas da economia competitiva. Ver RODRIGUES. J. **O moderno príncipe industrial**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

acelerou o aumento da incorporação de capital morto e a diminuição de capital vivo no processo produtivo. O impacto desse modelo sobre o conteúdo do trabalho, sobre divisão do trabalho e sobre a qualidade do trabalho e sua qualificação, levou o capital a exigir um novo tipo de trabalhador: com maior capacidade de abstração, iniciativa para gerenciar máquinas informatizadas e inteligentes, com capacidade para resolver rapidamente, de forma autônoma, problemas ligados a seu processo de trabalho. No âmbito da produção a classe trabalhadora se cindia: entre trabalhadores qualificados, e não qualificados. Para os primeiros bons salários, estabilidade e capacitação contínua. Para os demais trabalhadores, definidos pelo próprio sistema como temporários, caracterizados como excedentes de mão-de-obra, sequer foram pensados programas de requalificação, que garantissem sua recolocação no mercado, mesmo que em outro ramo produtivo.

O sistema produtivo necessita apenas de uma pequena parcela de trabalhadores estáveis combinada com uma grande massa de trabalhadores de tempo parcial, terceirizados, ou aqueles que, por não serem imediatamente necessários à produção, são compelidos a ser trabalhadores independentes que se auto-empregam, ou patrões de si mesmos (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2001, p. 33).

Rummert (2004) ao analisar as políticas públicas de educação profissional implementadas nas últimas décadas pelo Estado brasileiro, nos chama a atenção que os trabalhadores ligados ao núcleo central do capital, onde predomina às novas tecnologias, são mais escolarizados e gozam de razoável proteção social: estão inscritos no mercado formal, trabalham em empresas de alto padrão tecnológico, tem acesso a curso de requalificação profissional etc. Fora desse núcleo seletivo, estão os demais trabalhadores, que possuem pouca ou nenhuma escolaridade. Aqueles que estão empregados em setores economicamente declinantes, que são obrigados a abrir mão de seus direitos para manter seus empregos; que são forçados a aceitar serviços de baixa produtividade sem proteção social mínima, com vínculos temporários. Para estes a preocupação do Estado se resume à complementação da escolarização básica e a preparação para o exercício de trabalho simples. Ou seja, garantir as condições mínimas para a exploração, sem que possam vislumbrar qualquer transformação de suas realidades objetivas. Como destaca Saviani (2007, p. 22), no quadro atual do desenvolvimento capitalista, o acesso a diferentes graus de escolaridade amplia as condições

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

de empregabilidade, mas não garante ao indivíduo o acesso aos postos de trabalho, pois não há emprego para todos. Trata-se de um processo de crescimento excludente, em que tão propagada teoria do capital humano se apresenta refuncionalizada, alimentando, na educação, a busca da produtividade tal como determinam os postulados neoprodutivistas.

Nas relações sociais, o que se materializa são formas diferenciadas e violentas de alienação e superexploração da classe trabalhadora, como ressaltam (FRIGOTTO E CIAVATTA, 2001, p. 37)

As políticas neoliberais de desregulamentação, flexibilização do trabalho e de destruição da esfera pública materializam, de forma conjugada, a exacerbação da face destrutiva do capital. A destruição mais visível é a do conjunto dos direitos sociais e subjetivos duramente conquistados pela classe trabalhadora e a instauração de uma insuportável e desintegradora provisoriedade e insegurança.

As análises aqui feitas acerca da relação capital/trabalho se revelam de forma mais dura as críticas à “nova” teoria do capital humano, que postulam ser o mercado o “sujeito educador”. Dentro dessa abordagem os direitos sociais básicos, que incluem o sistema de ensino, a assistência entre outros, deixam de ser direitos e tornam-se bens ou serviços que se compram diretamente no mercado. Imputa-se aos méritos e as responsabilidades individuais a determinação do sucesso no mercado de trabalho e na vida.

Segundo Souza (2004), no âmbito da reprodução da força de trabalho as ações que envolviam as políticas sociais, cujo intuito era buscar o consenso entre segmentos sociais antagônicos, minimizando assim a chamada questão social, deixaram de ser uma questão premente, tal como fora no passado. O foco da política neoliberal no âmbito das relações sociais, incluindo as de produção, passou a ser o indivíduo. E quanto mais atomizados se tornam os processos de produção, quanto menos dependentes do coletivo de trabalhadores, mais acirradas se tornam as práticas individualizantes. O que significa dizer que, a reprodução do trabalho na ótica neoliberal está cada vez mais subjetiva, mas individualizada do que nunca, enfim, que os processos de individualização dos sujeitos são fundamentais para o

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

convencimento, para a submissão passiva dos indivíduos à nova direção ética e moral do capital em tempos de neoliberalismo.⁸

No plano econômico o capital dinheiro desloca-se cada vez mais de sua referência real (capital produtivo) e torna-se fictício, especulativo (capital financeiro) permitindo aos que têm o manejo das informações e das tecnologias auferir ganhos extraordinários. Segundo Frigotto (2001, p. 32) “o capital desvencilhou-se da ameaça comunista, dos controles sociais do Estado de Bem-Estar e da organização da classe trabalhadora’. O que parecia ser uma nova ordem marcada pela mundialização, pela descentralização da economia, transformou-se em (des)ordem, em crise do sistema-capital que se materializa em duas dimensões distintas e articuladas. 1) O capital esgotou sua capacidade civilizatória: apesar de gozar de uma capacidade exponencial de produzir mercadoria, de concentração de riqueza, de conhecimento, é incapaz de distribuir e de socializar a produção para o atendimento das necessidades humanas básicas. Sob esse aspecto, pode-se dizer que a hipertrofia do capital financeiro especulativo ameaça um dos fundamentos principais do capital: a propriedade privada; 2) Ao agregar novas tecnologias à sua base técnica o capital mudou seus processos produtivos e passou a exigir um trabalhador com mais atributos intelectuais do que força física. Ou seja, ampliou-se o trabalho morto e passou-se a exigir maior interação deste com o trabalho vivo. Para os trabalhadores estas mudanças significaram: desemprego, terceirização, precarização de sua sobrevivência como sujeito trabalhador.

Para Mézaros, a mundialização do capital rompeu as barreiras externas que o regulamentavam e o limitavam, tornando-o um capital auto-regulado, sem pátria, que pode estar em qualquer lugar, usufruir de qualquer mercado financeiro, à medida que dita suas próprias regras. Sua materialidade tornou-se fruída, até mesmo no chão da fábrica, onde robôs

⁸ Para entendermos este “novo” processo de subjetivação é fundamental discutirmos o chamado “modelo das competências”. O deslocamento da noção de qualificação para a de competência corresponde à passagem do modelo de produção taylorista-fordista para a organização flexível do trabalho. Segundo Chinelli (2004) o termo “competência é usado para indicar as necessidades geradas pelos novos padrões de competitividade e pelas maiores exigências de qualidade dos produtos e serviços, portanto, demandam novos atributos e habilidades por parte dos trabalhadores, nem sempre relacionados ao conhecimento profissional (a qualificação) mas associados à subjetividade e às formas através das quais ela se expressa no espaço de trabalho. Para aprofundar a discussão ver CHINELLI, F. **A crise do capitalismo e a “ética” da empregabilidade**. Digitado., 2004.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

executam trabalho humano que antes exigiam grande habilidade e precisão. E mais: em sua busca desenfreada pelo aumento taxa de acumulação o capital não apenas desqualifica o trabalhador e intensifica a exploração da forças de trabalho, ele desqualifica um princípio fundamental da forma capital de relações sociais: a propriedade privada. Como ressalta Oliveira (1988):

[...] o capital fictício que viaja em tempo real-digital de um lugar para o outro, viaja em moléculas que é o próprio dinheiro, não necessitando fixar-se em unidade industriais. O que preside na ordenação desta fixação é o caráter fictício do capital dinheiro [...] ao contrário da sociedade do conflito, em que o capital-dinheiro só existe depois de construir a força de trabalho vivo. (Ib.id, p. 8)

Nessa perspectiva, podemos dizer que a compreensão das crises do capital, tanto a 1970 como a mais recente⁹, em 2008, permite-nos perceber o quanto são altos os custos sociais e humanos da alternativa neoliberal. Mas esta situação nos permite compreender que a concretização de um novo projeto societário depende da capacidade dos sujeitos concretos de manter e ampliar democraticamente a esfera pública na disputa dos bens e serviços e direitos conquistados no terreno contraditório àquele que nos é oferecido pelo liberalismo, seja em sua forma Kenesiana ou sob qualquer outra via.

Como destaca Arantes (2004) não podemos ser ingênuos quando analisamos o papel do Estado neoliberal, tomado supostamente como “mínimo”. Temos que perguntar a quem serve tal minimização, pois:

[...] o Estado continua jogando importante papel no incremento a acumulação capitalista. No entanto, esta ação se desenvolve de forma nova. Adota-se uma política de redução da participação do Estado na esfera produtiva, mas ele age sob outras formas com o mesmo objetivo: aumentar a acumulação capitalista. (ARANTES, 2004, p. 2)

⁹ A origem da atual crise do capital está na relação inversa entre aumento do volume de vendas e a queda do poder aquisitivo do trabalhador em função da diminuição crescente de postos de trabalho. Com a reestruturação da base técnico-científica do capital esse processo se acirrou. Como destaca Arruda (2008), “com a diminuição do emprego do trabalho vivo, um número cada vez menor de trabalhadores participa do processo produtivo. O capitalista, então, recorre ao crédito”. Assim, mais do que vender produtos ele quer vender o dinheiro que cooptou para realizar a produção e estica as linhas de créditos até acontecer o “estouro da bolha” como ocorreu com as hipotecas no USA e com os financiamentos de veículos em até 96 meses, como ocorreu no Brasil.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Segundo Arantes (op.cit.), uma das conseqüências mais graves é o crescimento acelerado do desemprego conjuntural, decorrente das políticas recessivas, e do desemprego estrutural, decorrente da adoção de novas tecnologias. Estas inovações tiveram como resultado um aumento da produtividade do trabalho e um aumento dos lucros. O caminho natural seria que tal aumento da riqueza social fosse compartilhado com os trabalhadores. Todavia ocorreu exatamente o inverso. A concentração da riqueza aumentou sob a alegação de que o Estado não deveria intervir em favor dos trabalhadores. Pode-se dizer que o desemprego converteu-se na praga do capitalismo avançado, levando países, como os Europeus, a se fecharem numa cortina de ferro para impedir a entrada, em seus mercados, dos miseráveis oriundos dos países pobres, que foram submetidos aos ajustes dos centros hegemônicos.

Dados citados por Chomsky (1993) retirados de relatórios do Banco Mundial indicam que os países industrializados reduzem as rendas nacionais do sul do planeta em cerca do dobro da ajuda financeira concedida à região. Os programas ditados pelo FMI e BM ajudaram a dobrar o fosso que separa os países ricos dos países pobres. Ainda segundo Chomsky, as transferências de recursos dos países pobres para os ricos chegaram a mais de US\$ 400 bilhões entre 1982 e 1990. Os mecanismos de confisco fiscal dão-se mediante a transferência por serviços da dívida externa, royalties e especulações monetárias. Os termos de pagamento da dívida externa como têm sido colocados por esses organismos para o Brasil e outros países latino-americanos, vêm inviabilizando qualquer política de retomada do crescimento econômico e dilapidando de tal forma o fundo público que a manutenção de serviços básicos, que são direitos dos cidadãos, ficou extremamente precária resultado das privatizações (diretas ou indiretas) de diversos setores do Estado. Segundo Oliveira, a América Latina vive a “vanguarda do atraso”, que consiste em chegar nos limites do capitalismo desenvolvido, sem ter atingido seus patamares mínimos. O que significa dizer que mal se ultrapassou as fronteiras da segunda revolução industrial e os Estados periféricos se vêm às voltas com a perda de sua capacidade regulatória, que vai desde de regular o sistema econômico no seu próprio território até apresentar “a fratura exposta da violência privada dos grupos, gangues, redes de narcotráfico [...] que ele mesmo, em função de sua dilapidação financeira estimulou até o surreal”. (OLIVEIRA, 1998, p.209)

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Os Estados, especialmente na periferia capitalista, foram conscientemente enfraquecidos, quando não selvagemmente sangrados, pelas políticas neoliberais a fim de favorecer o predomínio sem contrapesos dos interesses das grandes empresas. [...] a realidade é que nossos estados são muito mais dependentes hoje do que antes, oprimidos por uma dívida externa que não pára de crescer e por uma ‘comunidade financeira internacional’ que na prática os despoja de sua soberania ao ditar as políticas econômicas docilmente implantadas pelos governos da região (BORON, 1999, p. 48 e 50).

Esse quadro foi provocado pela escolha da inserção dos países latino-americanos numa posição subalterna nos processos de expansão da última fase do capitalismo global. Segundo Oliveira, os regimes democráticos que se instauraram nas últimas três décadas no continente se revelaram verdadeiros arremedos dos seus antecessores ditatoriais: enquanto estes acumularam vultosas dívidas externas na busca desenfreada do sonho do desenvolvimento econômico, os atuais governos tentam apagar os últimos vestígios da busca da independência econômica, buscando uma espécie “de cura pelo veneno” (OLIVEIRA, 1998, p. 209).

Considerações finais

A adoção do modelo neoliberal conduziu a um aumento da taxa de lucros. No entanto, o aumento da lucratividade não representou um crescimento na atividade produtiva. Pelo contrário, grande massa de recursos foi deslocada da esfera produtiva para a esfera especulativa e financeira. Segundo Anderson, economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. O que foi conseguido foi o aumento das taxas de lucro com a especulação, mas não houve crescimento econômico propriamente dito que sanasse as dívidas públicas dos países centrais apesar de todos os arranjos dos organismos multilaterais para subordinar as economias e políticas dos países periféricos. Socialmente o neoliberalismo teve êxito criando sociedades mais desiguais embora não tão desestatizada como queria. Mas foi no campo político-ideológico que este sistema alcançou maior êxito, firmando sua hegemonia, ao disseminar a simples idéias de que não há mais alternativas para os seus princípios e que todos, confessando ou negando, tem que se adaptar as suas normas.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Frigotto (1996) ao concluir suas análises sobre a crise do capital chama a atenção para um estudo desenvolvido por Adam Schaff encomendado pelo Clube de Roma. Nesse estudo Schaff conclui que o capitalismo face à sua atual crise só tem duas saídas: a democratização e a socialização da sua imensa capacidade técnico-científica a serviço das múltiplas necessidades humanas ou o equilíbrio mantido mediante a guerra e as convulsões sociais. As Guerras do Golfo, do Afeganistão, a intervenção no Iraque, indicam uma decisão em curso.¹⁰ Decisão esta que evidencia que a solução neoliberal representa um retrocesso tanto teórico como político com sérias conseqüências sociais para a humanidade e para o próprio destino do Planeta. Todavia tal concepção já encontra hoje forte resistência. Já se pode perceber que uma nova onda de crescimento do pensamento progressista começa a ser levantada no mundo. Vai se desmanchando no ar a idéia de caminho único, de fim da História.

As análises trazidas à tela pelos autores aqui discutidos reforçam as teses de Mészáros de que o capital esgotou sua capacidade civilizatória e que tal sistema não mais se justifica e que sua superação se impõe como historicamente necessária, apesar de não haver muita gente convencida de que o capitalismo está apodrecido e que o mundo está maduro para uma transformação social. Essa falta de convencimento é fruto de uma articulação poderosa do sistema capital no âmbito político-ideológico.

¹⁰ As crises de legitimidade do poder mundial dos Estados Unidos expressaram a incapacidade do aparato militar-industrial norte-americano de lidar como os problemas suscitados pela descolonização do mundo. Ou seja, a plena soberania dos países de Terceiro Mundo constituía uma ameaça permanente, potencialmente mais séria que o próprio poder soviético. Sua combinação ampliou a importância estratégica do Terceiro Mundo como reservatório de recursos naturais e humanos para atender as necessidades presentes e futuras das economias do Primeiro Mundo. Segundo Arrighi (2000), a expansão das atividades transnacionais norte-americanas e européias nos países de Terceiro Mundo criaram laços organizacionais muito efetivos e eficientes entre os insumos primários provenientes do Terceiro Mundo e o poder aquisitivo do Primeiro Mundo. Segundo o autor, a conquista dos direitos de soberania dos países de Terceiro Mundo traz a possibilidade de flexibilização do fluxo dos insumos primários e até pode terminar por eliminá-la completamente. O grande medo dos Estados Unidos levou o império a exercer o papel de “polícia do mundo”. A questão central reside no fato que, se essas nações se sentissem livres para usar seus recursos naturais e humanos como bem entendessem, inclusive acumulando-os ou mobilizando-os na busca de poder interno, regional, ou mundial, como os Estados Unidos soberanos sempre tiveram a vontade de fazer, a pressão sobre o abastecimento (gerada pela expansão do regime de acumulação norte-americano) inevitavelmente causaria uma implosão sob a aforam de uma competição excessiva dentro e entre os países de Primeiro Mundo. Daí o apelo à Guerra, às intervenções. Ações que vêm se legitimando sob o simulacro do combate ao terrorismo, as ditaduras, ao narcotráfico. Para uma leitura crítica das questões aqui assinaladas ver ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Por isso acreditamos que o caminho político a ser vislumbrado encontra nas teses de Gramsci, nas suas formulações sobre contra-hegemonia, sobre a formulação de uma nova direção moral e intelectual, um campo fecundo para reflexão acerca das possibilidades cada vez mais concretas de se instaurar uma nova direção societária no Planeta, mesmo que não seja em bloco como a desejamos. Os prenúncios são a agudização da crise do capital e organização, sobre novas bases, que necessariamente não são os Partidos nem a classe operária, mas a massa de trabalhadores nos diferentes movimentos sociais em diversas partes do mundo: sujeitos coletivos, oprimidos, cujos ecos da indignação e o clamor por mudanças vêm forjando uma a instauração de um novo projeto de sociedade, ainda que tomada como utópica, para aqueles que não acreditam em revoluções. Assim, tal como Gramsci, acreditamos que a afirmação de um novo modo de ser e viver a vida, disseminada pelos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora em seus diferentes aparelhos de hegemonia são estratégias fundamentais, no sentido que nos permite tomar posições em diferentes instâncias da sociedade civil, consolidando uma direção ética e moral pautada pelos princípios do materialismo histórico.

Na teoria gramsciana, o papel do Estado não se restringe ao âmbito econômico. Para Gramsci, Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o “consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1980, p.87). Ser Estado significa imprimir uma direção ao conjunto da sociedade. Para realizar essa função o Estado comporta duas dimensões: a sociedade política e a sociedade civil. No âmbito da sociedade política encontramos as atividades ligadas à função de coerção e exercício da força, e no âmbito da sociedade civil as atividades ligadas ao convencimento. Embora apresentem especificidades estruturais e funcionais distintas, essas duas dimensões constituem o Estado, ou seja, um momento único em que se combinam: hegemonia e dominação

Sem abrir mão de estratégias de dominação, Gramsci dá especial destaque às ações no âmbito da sociedade civil, ressaltando que, quanto mais as forças contra-hegemônicas resistem às investidas do poder dominante mais forte se tornam, mais se ampliam, conquistam novos aliados e firmam sua direção, ainda que clandestinamente. Partindo dessa perspectiva

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

de luta, podemos dizer que o avanço das forças contra-hegêmonicas nas últimas décadas, em especial na América Latina, tem sinalizado para a possibilidade de construção de um novo projeto societário que, gestado nos limites estruturais impostos pelo capital, pode parecer utópico, mas não de inexorável realização.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. Trabalho e globalização. **Revista Autor**. [Rio de Janeiro], ano 4, número 40, p. 1-4, out. 2004.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: _____. SADER, E. ; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais do Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ARANTES, A. Neoliberalismo e liberdade do capital. **Vermelho**: portal do Partido Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 15 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/diario/2005>>.

ARRUDA, Fausto. **Os fundamentos da crise atual do capitalismo**. Disponível em: <<http://www.anovademocracia.com.br>>. Edição n. 48, dez. 2008.

ARRIGHI, G. **O longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

BIANCHETTI, R. G. O ressurgimento neoliberal. In: **Neoliberalismo e política educacional**. São Paulo: Cortez, 2001

BORON, Atílio. Democracia e reforma social na América Latina: reflexões a propósito da experiência européia. In: _____. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. Rio de Janeiro [s.n], 1994.

CHINELLI, F. **A crise do capitalismo e a “ética” da empregabilidade**. Digitado, 2004.

FRIGOTTO, G. A natureza, especificidade e custos humanos da crise dos anos 70/90. In: _____. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1996.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 5 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. A crise do capital e a crise ético-política. In: _____. **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1995.

HOBSBAWM, E. **Crise da ideologia: liberalismo x socialismo**. Revista Carta. Brasília, n. 1, p. 142-150, 1992.

MEZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Ed. Unicamp: Boitempo, 2002.

MARTINS, Umberto. Prosperidade e crise na dialética do capital. **Vermelho**: portal do Partido Comunista do Brasil, Rio de Janeiro, 15 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/diario/2005>>.

OLIVEIRA, F. o surgimento do antivalor: capital, força de trabalho e fundo público. **Revista Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 22, p. 8-28, out. 1988.

OLIVEIRA, F. A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda: globalização e neoliberalismo na América Latina. In: _____. **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis: Vozes, 1998.

RODRIGUES, J. **O moderno príncipe industrial**. São Paulo: Autores Associados, 1998.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação Básica e profissional de trabalhadores: políticas públicas e ações do Estado, do trabalho e do capital**. Niterói, 2004. Projeto de Pesquisa.

SANTOS, W.G. **Cidadania e justiça**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, D. O pensamento pedagógico brasileiro: da aspiração à ciência à ciência sob suspeição. **Educ. e Filos.**, Uberlândia, v. 21, n. 42, p. 13-35, jul./dez. 2007.

SOUZA, E.G. **Ressignificação do educar e da cultura: as ações do SESC e do SESI e o pensamento pedagógico empresarial**. Niterói, 2004. Projeto de pesquisa.